

A EMIGRAÇÃO JORGENSE PARA ANGOLA: o caso de S. Jorge do Catófe

*Hélio Soares**
*Joana Simas***

Introdução

A temática da emigração reveste-se de grande importância, se atendermos que está ligada à história, à memória e à identidade de um povo. A emigração do povo português para diversas zonas do mundo faz parte da sua “genética”, se assim se pode dizer. Com maior incidência nos anos 60 e inícios de 70 do século XX, este fenómeno, quando espontâneo, é motivado pela procura de uma vida melhor, portanto por razões económicas, laborais e sociais.

Aos Açores também chegou esta “moda”, que se justificava como uma necessidade, tendo como principais países de destino, o Brasil, os Estados Unidos da América, as Bermudas, o Canadá e o Havai, ao contrário do que aconteceu no território continental, onde emigravam para o Brasil e para os países mais industrializados da Europa Ocidental, como a França, a Alemanha, o Luxemburgo e a Suíça.

O facto é que a emigração açoriana não se cingiu exclusivamente para os países mencionados anteriormente. Angola foi outro dos destinos. E é precisamente na colonização açoriana em Angola que nos vamos focar neste artigo, especialmente na localidade de Catófe, região que teve um importante desenvolvimento graças aos açorianos que por lá passaram e deixaram a sua marca.

Este estudo foi sustentado, sobretudo, em memórias e testemunhos de quem por lá andou, em jeito de memória biográfica e que permite traçar a realidade, as vivências, os

* IHIT. Centro de Estudos de História Religiosa.

** Câmara Municipal de Lagoa - Açores.

contributos e os sinais da presença açoriana fora do Arquipélago durante o Estado Novo, onde muitos costumes ficaram enraizados na comunidade de acolhimento. É uma ténue abordagem a partir da história oral, hoje em franco desenvolvimento ao nível académico. Temos consciência que não esgotamos o tema, é um pequeno contributo com a preocupação de registar vivências. A nossa sentida homenagem aos senhores Vicente Matos e Estevam Matos, já falecidos, que connosco colaboraram.

No que se refere ao estudo da migração para África no período contemporâneo, destacamos o valioso contributo, para a compreensão do colonialismo Português os estudos realizados por Cláudia Castelo (1998 e 2007), que tem dedicado parte da sua vida de investigadora na compreensão dos processos e espaços de colonização portuguesa. Outro contributo importante para entender as motivações políticas e económicas dos colonatos é a tese de doutoramento de Elisa Costa (2006).

Breve contextualização da emigração para Angola

Portugal construiu um Império em África desde o séc. XV. Do ponto de vista político, a efetiva ocupação de Angola ocorreu como resposta à abolição da escravatura, à independência do Brasil e às pressões internacionais, que obrigaram Portugal a fortalecer um sistema de ocupação integrado, fundamentado na construção das grandes cidades, no povoamento agro-pecuário orientado, nas empresas extractivas, entre outros. Com estes pressupostos, este sistema permitiu uma migração portuguesa para a colónia de forma acentuada e gradual, sendo o povoamento agrário implantado nos planaltos do interior, com o objetivo de transferir a pequena agricultura portuguesa para o interior de Angola, redimensionando-a¹.

Somente no séc. XIX, com a perda do Brasil, os territórios de Angola e Moçambique mereceram uma maior atenção política e económica, definindo-se estratégias e objetivos, iniciando-se a exploração do interior. Os territórios exigiam colonizadores, pessoas, quer seja para conquistar, impor a ordem, evangelizar, administrar o território e populações locais, promover comércio ou indústria. O Estado Novo tinha uma política colonial que incluía a criação de colonatos, logo incentivava a migração dentro dos diferentes territórios portugueses.

A relação colonial entre Portugal e o continente africano registou um maior fluxo de colonos portugueses, particularmente, para dois países: Angola e Moçambique. As migrações para Angola, para as localidades de Luanda, Nova Lisboa, Lobito, Benguela, Sá da Bandeira e outras, deram-se, sobretudo, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando nessa colónia se verificou um desenvolvimento económico, tornando-se um atrativo significativo para as pessoas que procuravam novas oportunidades, até ao golpe

¹ Costa, 2006: 1.

de Estado de 25 de abril de 1974, quando se deu início da independência das colónias, em consequência do fim do regime salazarista.

O fluxo migratório para as colónias portuguesas conhece um abrandamento com o início das guerras coloniais. Dizemos migração, sem “e” porque, na época – estamos a falar de um mesmo espaço imperial – não era considerado um movimento para fora do território nacional.

Motivações para sair da ilha

Quando escutamos as descrições saudosistas do retornados sobre Angola, com os olhos em água, falam de uma terra grande e fértil, onde tudo se produzia, por vezes, com duas colheitas anuais. Descrita de modo edílico, quase como o jardim bíblico de Adão e Eva.

Sendo com pesar que todos aqueles que lá viveram, que deram os mais belos anos da sua existência na busca de melhores condições de vida, tiveram de a abandonar com lágrimas nos olhos e com pouco na bagagem.

Quais as motivações para migrar para Angola? Primeiro, importa recordar que a migração para África se insere no movimento mais lato de emigração de açorianos, sobretudo para o Brasil, Bermuda, Estados Unidos da América e Canadá. Segundo, importa perceber as condições de vida das populações açorianas, particularmente as jorgenses. A maioria dor jorgenses no após II Guerra Mundial vive numa economia de subsistência, agrária e com uma forte componente comunitária. As perspetivas de desenvolvimento económico e de realização pessoal são diminutas. Sair era uma fuga, um sonho e um atirar-se ao desconhecido na busca de uma vida melhor. Aliava-se o espírito de aventura e o empreendedorismo.

As justificações da migração para África, poderão ser várias: económicas, sociais, culturais, familiares, etc. Não nos vamos alongar nelas. No contexto do regime político vigente, é difícil avaliar a influência da propaganda do regime face ao papel civilizador de Portugal em África, contudo, como afirma Cláudia Castelo, «independentemente do seu estatuto económico ou social aqui da metrópole, indo para uma sociedade colonial [o colono] ia sempre situar-se no estrato superior da sociedade. Em termos políticos, e em termos económicos, sociais e simbólicos, os colonos eram sempre os que estavam entre os privilegiados»². Na realidade social e económica da pequena localidade de Santo António, ilha de S. Jorge, nos anos 50 do séc. XX, era difícil um jovem casal ter casa própria e nunca poderia ambicionar possuir uma manada de vacas superior a uma deze-

² Pinho, Filipa. Entrevista realizada em Lisboa, 26 de Abril de 2010, à investigadora Cláudia Castelo, intitulada “Características da emigração histórica para Angola e Moçambique”. Disponível em: <http://observatorioemi-gracao.pt/np4/4707.html>. Consultada a 19-06-2020.

na, acrescentando-se alguns alqueires de terra para semear milho ou trigo, criar um porco e deter algumas hortas, comumente designadas de *velgas* (socialcos), numa das fajãs no sopé das altas falésias. Neste contexto, muitos foram os que de Santo António partiram para Angola, em busca de um sonho, de uma vida melhor. Quase todos foram para a localidade de S. Jorge do Catófe. Até à data nunca conheci um retornado que dissesse que não ter saudades de Angola.

O desejo de reunião familiar também foi motivo. Tomemos como exemplo a família Matos residentes no caminho velho ou da Ermida, em Santo António, seguindo o testemunho da Sr.^a Maria Honória Matos³. Em 1957 a família estava dividida. O casal Manuel Matos Pereira (o Pereirinha como era conhecido) e Isabel Hermínia Pereira já tinham três filhos em Angola: Manuel Herculano de Matos, José de Matos e Estevam de Jesus Matos. O «motivo da ida foi a necessidade de juntar a família», assim, no dia 27 de outubro de 1957 partiram no navio *Carvalho Araújo* para Lisboa. Permaneceram duas semanas na capital, aproveitando para «fazer um passeio ao Santuário de Fátima, Batalha, Alcobça, Mosteiro dos Jerónimos e Museu dos Coches» e depois embarcaram no *Pátria* até ao Lobito. Nesta viagem foram os pais de Maria Honória Matos, as irmãs Maria Inês Matos e Maria Iva Matos com o marido, José Emílio Matos, e seus filhos, três rapazes e uma rapariga. Quem diligenciou o processo foram os irmãos Estevam e José. Turbulenta e carregada de incertezas a viagem para a reunião familiar. Para custear a viagem foi necessário «vender um pasto». A casa da família e os terrenos foram arrendados.

A fundação de S. Jorge do Catófe

A *Décima Ilha dos Açores*⁴ (assim designada pelo jornalista terceirense Dutra Faria, do *Diário Insular*⁵) tem uma pequena, mas imemorável longa história, em sonhos e pioneirismo, que não conseguimos contar e interpretar com rigor neste curto trabalho. No dizer de Vicente Matos⁶ «é a pequena história de gente açoriana, rija e trabalhadora, espalhada “como quem não quer a coisa” pelos vales circundantes do Rio Catófe e seus afluentes».

Esta comunidade de jorgenses fixou-se, pouco a pouco, nas margens do rio Catófe e dos seus afluentes, pois numa terra tão vasta, em que agricultura era a base do desenvolvimento, a água era um bem essencial. Sendo atravessada pela estrada Luanda/Huambo, a 364 Km da primeira e a 245 Km da segunda destas cidades. O Catófe situa-se na região centro de Angola, concelho da Quibala, no Distrito do Cuanza Sul, da então Província de

³ Soares, Hélio, entrevista realizada a Maria Honória Matos a 07-01-2020.

⁴ Faria, 25-11-1954.

⁵ Em Conferência proferida na Casa dos Açores de Lisboa, publicada no *Diário Insular*, em 25-11-1954.

⁶ Matos, 2001: 77.

Angola, com a capital em Novo Redondo, hoje de nome Sumbe. A uma altitude média 1300 m, com uma distância média do mar de 200 Km.

Em dezembro de 1929, três jovens lavradores da ilha de S. Jorge, mais propriamente do Norte Grande, com os nomes de João Alves de Oliveira, Emílio Dias e André Alves de Oliveira, irmão do primeiro, partiram para Angola em busca de um sonho, tentando a sorte sem saber o que iam encontrar. Para João Alves de Oliveira, «a África não lhe metia medo»⁷. O único contato que tinham era do Tenente Bettencourt, deportado pelo regime político vigente, que exercia atividade comercial na Vila da Quibala. Desembarcaram no porto de Amboim (Benguela a Velha), que era o mais próximo do seu destino. O único transporte disponível foi uma camioneta de carga, na qual se dirigiram ao encontro do seu conterrâneo jorgense. De imediato começaram a trabalhar, fazendo sociedade com o capitão Diogo Sandão, reformado e antigo pacificador da região, sendo proprietário de uma fazenda nos arredores da vila. Os nossos aventureiros começaram uma nova fazenda em terrenos adjacentes aos do seu sócio. Realizando desbravamentos para as sementeiras de milho e café, iniciando a criação de gado.

Passaram cinco anos, estamos em 1935, os nossos aventureiros estavam adaptados à região e ao clima, conhecendo os seus benefícios e malefícios, iniciam um novo projeto agrícola, mais ambicioso e ousado, com a denominação da firma *Oliveira & Dias*. Desta vez por sua conta e risco. Estabelecem-se a 17 Km da Quibala, junto à estrada de Luanda/Huambo, nas margens do rio Catófe, «que ainda não era nada – o sertão, apenas: um grande vale, entre morros»⁸. A razão foi a abundância de água e as excelentes terras para produção de milho e arroz, bem como, boas pastagens para a criação de gado. Para apoio, fundaram um pequeno comércio, que servia como financiador da agricultura. Negociavam com os indígenas, «que lhes traziam o milho das suas lavras em troca de missangas, das anilhas de latão e cobre, dos panos de chita e de algodão»⁹.

A terra era boa, mas infestada de mosquitos e de malária. No Natal de 1941, faleceu André Oliveira de biliosa palúdica.

Esta aventura africana prosperou rapidamente. Em 1945, já possuíam vastas terras de cultivo, com pomares com diversas árvores de fruto. Cultivando milho, arroz e demais cereais. Construíram um açude no rio Catófe, que permitiu a instalação de dois moinhos hidráulicos, os únicos naquela região, e a rega dos campos de arroz. Possuíam, também, uma manada de bovinos, com mais de 100 animais, explorando as vacas leiteiras para o fabrico de queijo e manteiga, através do leite.

⁷ Faria, 25-11-1954.

⁸ Idem

⁹ Idem

Contudo, João Alves de Oliveira e Emílio Dias constataram que precisavam de um novo sócio para o negócio, que possuísse vontade de lutar e sonhos para concretizar, no fundo, que gozasse da mocidade, algo que a eles ia fugindo. Em conversa com «o velho Teixeira de Matos, motorista de camiões em Nova Lisboa», um homem de 60 anos, jorgense, que fora para Angola com 43 anos, que levava, gradualmente, os seis filhos e esposa para junto de si. Somente um dos filhos permanecia nos Açores, a estudar no Liceu de Angra do Heroísmo, Vicente Teixeira de Matos, natural da Ribeira Seca (São Jorge). «Um rapaz assim é que nos convinha – disse o Alves de Oliveira. Pois, se vocês quiserem, eu escrevo ao Vicente a perguntar-lhe se também quer vir para cá – respondeu Teixeira de Matos»¹⁰.

Vicente Teixeira de Matos emigra para o Catófe, tornando-se sócio de Alves de Oliveira e Emílio Dias, em 1945. «Ao chegar ao Catófe, ao deitar os olhos por aquele imenso vale que se cobria de tenro capim que do céu caíam umas gotas de água, capim que era tão bom como as melhores pastagens da ilha de S. Jorge, o Vicente pensou que já não valia a pena passar a vida a trocar com os pretos colares de missanga por medidas de milho. Em S. Jorge havia homens novos como ele, saudáveis como ele, corajosos como ele, que gostariam de ter vacas, mas não tinham campos onde as por a pastar; que gostariam de ter pastagens, mas não tinham dinheiro com que as comprar. Homens novos, saudáveis, corajosos que sonhavam com a América. Mas não estaria ali, também, uma América a descobrir?»¹¹. Vicente Matos expôs os seus planos aos seus sócios, que compreenderam ter um sócio à altura e ser uma boa escolha.

Em 1948, admitiram novos sócios, nomeadamente, após a desmobilização do Batalhão expedicionário açoriano, que saíra de S. Miguel para Angola em 1946 ao serviço da Segunda Guerra Mundial, dos quais quatro se juntarão ao grupo do povoamento do Catófe¹². Juntando-se mais duas famílias com filhos providas de S. Jorge. Por exemplo, o caso de Manuel Herculano Matos, um dos desmobilizados e natural de Santo António, que migrou em 1948 ou 1949, incentivado por Emílio Dias¹³. Os irmãos Estevam de Jesus Matos e José de Matos chegaram em 1950.

Com esta última vaga de povoadores, passou a existir um número considerável de pessoas, fazendo surgir a ideia da criação de uma organização que apoiasse ao nível mais institucional. Para isso tinham o exemplo do cooperativismo existente na Ilha de S.

¹⁰ Idem

¹¹ Idem

¹² No dia 20 de maio de 1946, três dias antes das Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, partiu de Ponta Delgada o Batalhão nº 18 com destino a Angola. Sendo primeiro batalhão expedicionário açoriano para o Ultramar Português. Era composto por aproximadamente 800 soldados enviados numa missão de paz, apesar de haver suspeitas de uma invasão militar pelo vizinho Congo. A missão prolongou-se por dezoito meses, marcada pelos contactos com as populações locais, através de eventos culturais e desportivos, bem como, algumas experiências agrícolas. Cf. Açoriano Oriental, 20-05-1996.

¹³ Soares, Hélio, entrevista realizada a Maria Inês Matos a 09-06-2011.

Jorge. Assim, «em 26 de Setembro de 1949, no Cartório Notarial da Comarca de Nova Lisboa (Huambo), foi assinada a escritura de fundação da Cooperativa de Colonização Agro-Pecuária “a *Açoreana*”, sem apoio oficial, com sede em Catófe, área do Posto Sede de Concelho da Quibala, distrito da Cuanza-Sul, província de Benguela e comarca de Novo Redondo. Os Estatutos da Cooperativa foram publicados no Boletim Oficial da Província de Angola, III Série, nº 48, de 7 de Dezembro de 1949. Foram dezanove os fundadores»¹⁴. Com um capital de 1700 \$ escudos angolares¹⁵. Em meados da década de 50, detinha mais de 100 colonos e suas famílias, vivendo em 30 fogos e possuindo mais de 2000 cabeças de gado¹⁶. Em 1961, a Cooperativa *A Açoreana* detinha 142 sócios, sendo 120 naturais da Ilha de S. Jorge, 7 da Terceira, 6 da Metrópole, 4 da Graciosa, 2 do Pico, 2 do Faial e 1 de S. Miguel. Destes, 74 associados encontravam-se estabelecidos na área do Catófe¹⁷.

Os fins a que se propôs a cooperativa, conforme consta dos seus Estatutos, cap. I, art. 2º, publicados no Boletim Oficial da Província de Angola, são: 1º. Crédito agrícola mútuo; 2. Execução de trabalhos agro-pecuários, estudo e resolução de problemas de rega, selecção de gado e culturas, tudo e acordo com as instruções técnicas que obtenha; 3. Compra e venda de produtos agro-pecuários, gado, sementes, máquinas e utensílios, construções, mediante prévia autorização legal, e, em geral, tudo quanto interesse ao desenvolvimento económico dos seus associados ou da «Cooperativa»; 4. Manutenção de uma cantina, para uso dos sócios; 5. Angariamento de pessoal indígena para servir os sócios, tendo em atenção as disposições legais vigentes; 6. Difusão entre os indígenas dos arredores dos benefícios conseguidos pela «Cooperativa», na medida do possível e seja do interesse deles; como conhecimentos agro-pecuários, assistência sanitária, etc., atendendo ao espírito de colaboração que caracteriza a colonização portuguesa; 7. Fundação da «Casa dos Açores», com fins culturais, recreativos e beneficentes; 8. Obtenção de apoio oficial, do Estado, dos Organismos Corporativos e de Coordenação Económica, para consecução dos seguintes fins: a) fundação de uma povoação rural, formada pelas casas dos colonos, existentes e futuras, igreja, posto sanitário e escola; b) empréstimos financeiros, caucionados pelas propriedades e gados dos colonos, destinados à edificação do povoado, compra de gado, captação de água potável, despesas de sementeira e cultura e execução de obras de hidráulica agrícola; c) cedência, pelos estabelecimentos Zootécnicos e Agrícolas do Estado e Organismos de Coordenação Económica de reprodutores pecuários, sementes e árvores seleccionadas; d) empréstimos, pelos serviços de Agricultura, de máquinas agrícolas e outras, que facilitem a execução dos trabalhos empreendidos ou a empreender; e) demarcação de terrenos, para a futura povoação e para as fazendas agrícolas dos colonos, estudo de abastecimento de águas de rega e potáveis, procurando, sempre que possível, que o Estado cubra estas despesas; f) assistência

¹⁴ Matos, 2001: 78.

¹⁵ Azevedo, 1956: 138.

¹⁶ Idem: 139.

¹⁷ Parecer do Conselho Fiscal da Cooperativa, *A Açoreana*, 28-03-1968.

médica e medicamentos. Visitas frequentes de técnicos agro-pecuários; g) concessão de passagens gratuitas, a partir dos Açores, pelo Ministério das Colónias, para os colonos escolhidos pela «Cooperativa» e suas famílias, para aumento do núcleo inicial.

Rafael Azevedo ressalva que os Estatutos não contêm somente objetivos de ordem prática, com cariz socioeconómico, relevam uma dimensão mais sublime, como transcreve: «zelar pelos interesses da Cooperativa, seu progresso e bom nome. Ter presente que a sua actuação no seio da Cooperativa não alcança unicamente os seus lucros materiais, mas através deles o bom nome açoriano e a vitória da colonização portuguesa»¹⁸.

Cada sócio tinha o seu gado, os seus terrenos e as suas produções, entregava o leite à cooperativa que o laborava. Em 1954, detinham 2000 cabeças de gado. Cada família de povoadores tinha os seus porcos, perus, galinhas, coelhos, patos, etc. Nos terrenos circundantes do Rio Catófe e seus afluentes, que atravessam todo o vale do Catófe, cultivava-se milho, trigo, feijão, soja, hortaliças, batata, sobretudo batata-doce, café, árvores de frutos, etc. O clima era tão favorável que se colhia laranjas durante todo o ano. Como podemos constatar, era e é uma terra muito produtiva.

A criação da cooperativa, com as suas valências, permitiu o apoio a todos os seus associados, no escoamento e comercialização dos seus produtos, bem como, o fornecimento de bens essenciais. A cantina da cooperativa permitia um apoio imediato a todos aqueles que chegavam para se radicarem na região, fornecendo-lhes alimentação, vestuário, materiais de construção, entre outros produtos.

«A terra era de todos e de ninguém»¹⁹, não havia delimitações, cada família que chegava escolhia o terreno que ia ocupar, construindo a sua habitação de adobe, comprando as janelas e a telha, quando não construía uma casa de colmo, como os indígenas. Construía o estábulo ou palheiro, como se diz em Santo António, cobrindo-o de capim. As vacas eram compradas aos indígenas.

Uma comunidade em desenvolvimento

O número de povoadores em S. Jorge do Catófe aumentava de ano para ano. Genericamente, para percebermos esta evolução, quando Dutra Faria visitou o Catófe, em 1954, viviam lá 23 famílias, em 18 casas, com um total de 74 pessoas. No ano de 1962, tinha 296 habitantes²⁰. Em 1975, a população do Catófe perfazia, aproximadamente, 120 famílias e 600 habitantes²¹. Foi um crescimento muito considerável.

¹⁸ Azevedo, 1956: 138-139.

¹⁹ Faria, 25-11-1954.

²⁰ Parecer do Conselho Fiscal da Cooperativa *A Açoreana*, 28-03-1968

²¹ Matos, 2001: 80.

Perante o gradual aumento demográfico na comunidade do Catófe, foi necessário melhorar as explorações agrícolas e construir novas infraestruturas. Neste sentido, a Cooperativa *A Açoreana* requereu ao Governo de Angola a concessão de um empréstimo de mil contos. O pedido foi aceite. Com a concessão do empréstimo em dezembro de 1951, pela Junta de Comércio Externo, com um pagamento escalonado de prestações ao longo de quinze anos, permitiu a compra e distribuição de novos efetivos bovinos pelos sócios da cooperativa. O gado foi adquirido no Sul de Angola. Este investimento permitiu um rápido aumento do número de cabeças de gado.

Em 1952, a Cooperativa *Açoreana* faz um novo pedido ao Governo com vista à criação de uma Reserva. O Estado assentiu, legislando a criação da Reserva do Estado, com uma área de 52.000 hectares, para implantação das fazendas dos povoadores e reservas de terrenos destinados ao uso comunitário das populações autóctones. Com a seguinte distribuição: 20.000 hectares para fazendas 32.000 hectares para as aldeias nativas²², em que os primeiros, à data de 1974, estavam completamente aproveitados.

Entretanto, em 1952 é criado o Colonato de Cela, a cerca de 60 kms de Catófe. Aqui, há apoio do Estado, constroem-se 349 casas, distribuídas por 15 “aldeias”, todas com nomes iguais a outras que existiam na metrópole. O primeiro núcleo de jorgenses que vai para Cela, nos anos 50, fica em “Macedo de Cavaleiros”. Os açorianos, quer os de Cela, como os de Catófe, são os que conseguem mais resultados no terreno, principalmente com a criação de gado - produzem carne e lacticínios. Por exemplo, com apoio governamental, no ano de 1966 rumaram para esta província ultramarina cerca de 59 famílias jorgenses, o que se traduzia «... num total de 351 pessoas, que acompanhadas de 372 cabeças de gado, alfaías agrícolas e dos mais variados e curiosos objectos ...», a bordo do paquete “Lima”» da *Empresa Insulana de Navegação*²³. Esta viagem organizada pelo governo, encontra a sua justificação na sequência da crise sísmica de 1963/64, que afetou as ilhas de S. Jorge, Pico e Faial. Como relata a notícia, cada família foi autorizada a transportar alguns animais, alfaías agrícolas e bens pessoais, de modo a facilitar o início da vida agrícola e quotidiana.

O aumento populacional não ocorreu somente através da chegada de açorianos, mas também pelo nascimento de crianças. Nos anos de 1950/1951, a comunidade jorgense de S. Jorge do Catófe festejou os primeiros nascimentos e batizados. Por conseguinte, com a chegada de crianças e o nascimento de bebés surgiu a necessidade de uma nova estrutura: uma escola para ministrar uma adequada educação. A escola foi construída em 1957 e inaugurada no ano seguinte, com uma salas de aula, e disponibilizando a residência para professora própria²⁴. Desta modesta escola de província saíram inúmeros jovens para estudar nos liceus de Angola, no Seminário Arquiepiscopal e na Universidade de

²² Matos, 2001: 79.

²³ Açoriano Oriental, 22-1-1966: 3.

²⁴ Idem, Discurso proferido aquando da visita do Sr. Governador do Distrito de Cuanza-Sul por Estevam de Jesus Matos.

Angola, para «contribuírem para o progresso da sua pequena terra e da grande Angola», no dizer de Vicente Matos.

O povo açoriano levou na bagagem a sua cultura e nela o catolicismo. Este grupo de povoadores, já em número considerável, não prescindiu da assistência religiosa prestada pela Missão Católica da Quibala, da Congregação dos Missionários do Espírito Santo, mais conhecidos por Espiritanos. Na ausência de espaço próprio, as celebrações ocorriam numa casa particular. Em 1 de setembro de 1952, o Arcebispo de Luanda, D. Moisés Alves de Pinho, benzeu a primeira pedra da pequena capela, que viria a ser dedicada ao padroeiro S. Jorge, pelo mesmo Arcebispo, em 1954. Estevam de Matos ressalva que a paramentação dos sacerdotes decorreu na recém-construída casa. Esta seria uma pequena ermida sem torre sineira. Mais tarde, devido ao aumento de habitantes, a ermida foi reconstruída mais duas vezes, dando lugar a uma bonita Igreja. Reedificando-a, primeiramente, com uma torre para os sinos, mas em 1964 continuava o problema de o espaço ser exíguo para o povo que a frequentava aos domingos e dias de festa do Divino Espírito Santo. A sagração do novo templo ocorreu em 1970, presidindo à celebração D. André Moaka, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Luanda²⁵. «Deve assinalar-se que alguns povoadores contribuíram para estas obras com quantias superiores às que despenderam nas suas próprias casas. Não negando a sua generosidade e a sua fé! Nela seriam batizados e depois crismados os seus descendentes e continuadores. Nela acabariam por casar alguns dos novos jorgenses»²⁶. O primeiro edifício era muito semelhante às Igrejas açorianas, como diz Dutra Faria «bem igualzinha, por sinal, às Igrejas dos Açores». No segundo adotou-se uma arquitetura contemporânea.

O templo era indispensável para a vivência cristã destes povoadores. «É o traço de união entre todos nós e, por outro lado, para os que chegam, alguma coisa de igual ao que deixaram lá nas nossas ilhas», como disse Vicente Matos²⁷.

A piedade popular açoriana tem como devoção transversal a todas as ilhas o Espírito Santo. Em 1954 inaugurou-se o Império do Espírito Santo. Para os Açores, enviaram um significativo montante para a compra de uma coroa. Esta foi adquirida num ourives em Angra do Heroísmo²⁸. A Casa do Espírito Santo, construída em 1957, situada no Largo da Igreja, foi ampliada ao longo dos tempos, permitindo que se sentassem «à primeira mesa cerca de mil pessoas! Como diziam os camionistas que percorriam as estradas de Angola, S. Jorge do Catófe era única terra da Província onde se comia e bebia de graça durante o período das Festas, em boa e alegre companhia. Chegaram a abater-se uma dúzia de bois»²⁹. Rafael Ávila relata-nos, em 1956, que «a grande festa anual dos açorianos

²⁵ Matos, Estevam.

²⁶ Matos, 2001: 79.

²⁷ Faria, 25-11-1954.

²⁸ Idem.

²⁹ Matos, 2001: 80.

é a do Senhor Espírito santo, exatamente como nas suas ilhas floridas de hortênsias e de camélias. E os continentais dos arredores, já começaram a reconhecer o sabor das rosquilhas de S. Jorge e a delícia dos macios pães de massa sovada»³⁰. O espírito de partilha e doação foi levado destes Açores, para as terras de Angola. Decorria o ano de 1975, no Domingo de Pentecostes, o Império de S. Jorge do Catófe celebrou o seu 25º aniversário, 1951-1975, com as tradicionais celebrações litúrgicas, desfile da coroação e o almoço. Presidiu à Festa do Divino Espírito Santo, o Bispo do Quanza-Sul, D. Zacarias Camvenho. Um clima de “sã” convivência e respeito compartilharam o almoço, representantes dos Movimentos de libertação de Angola. Serviram-se Sopas do Divino Espírito Santo a mais de duas mil pessoas. D. Zacarias afirmou: «que lhe fizeram lembrar as reuniões dos primeiros cristãos»³¹. Não sonhavam que seriam as últimas festas do Divino Espírito Santo por aquelas paragens!

Uma nota curiosa, a bandeira foi guardada, primeiro nos Açores e depois no Brasil, onde desfilou na cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul. A coroa veio na bagagem de Emílio Dias para os Açores. Na primeira festa do Espírito Santo realizada em Buhl, Idaho, E.U.A, no ano de 1983, os retornados, que ali se tinham estabelecido, pediram a coroa do Catófe. Em 2008, a 11 de maio, no 25.º aniversário do Império do Divino Espírito Santo de Buhl, sendo mordomos António e Elisa Avelar, tiveram a iniciativa de juntar os dois símbolos, a Coroa e a Bandeira do Divino Espírito Santo do Catófe. Foi uma celebração emotiva, em que as memórias do passado para os açorianos retornados do Catófe, que refizeram as suas vidas do outro lado do Atlântico e da América.

Ao nível dos cuidados de saúde mínimos, a comunidade tinha um Posto Sanitário, com um enfermeiro, para prestar assistência sanitária a todos os habitantes da região. Um claro exemplo de progresso foi no combate à malária. No início do povoamento, a malária era mortífera. Ao anoitecer apareciam os mosquitos, os únicos transmissores das doenças, sendo o único refúgio debaixo dos mosquiteiros até o nascer do sol. Em 1952, os mosquitos quase desapareceram, eliminados pelos dentes das vacas ao comerem o capim onde os mosquitos proliferavam em águas paradas. Acresce-se o uso de tanques banheiros, onde eram banhados os gados semanalmente, para matar as carraças que transmitiam as doenças.

No campo musical, como açorianos a música fazia parte das suas vidas, estes jorgenses não prescindiram da sua Filarmónica, que formaram com a prata da casa. A sua constituição formal ocorreu em 1960. O primeiro instrumental foi oferecido pelo Sr. Governador Geral, aquando da inauguração da Escola Primária, em 1958, sendo a única do Distrito que abrihantava as festas daquela comunidade como a dos povos vizinhos.

³⁰ Azevedo, 1956: 139.

³¹ Matos, 2007: 16.

Na componente económica, Vicente Matos dá-nos alguns dados que demonstram o franco progresso económico de S. Jorge do Catófe, que transcrevo: «no ano de 1949, ano da fundação da cooperativa, assinala-se uma pequena produção de 1804 kg de manteiga e queijo, no valor de 82 contos. O número de gado existente era de 400 cabeças. Já em 1955, seis anos depois, a produção era de 6.000 kg de manteiga e queijo, no valor de 311 contos, a que corresponde quase uma multiplicação por quatro vezes. Assinale-se a existência de mais de 2.000 bovinos. Em 1958, a nove anos da existência da cooperativa, assinale-se uma produção de 16000 kg de lacticínios, no valor de 711 contos, a existência de 2.582 cabeças de gado, e a venda de 360 bovinos de corte, no valor aproximado de 500 contos. No ano de 1961 há a registar uma produção de lacticínios de 28.000 kg, num valor de 1.313 contos; aumentos de 26 e 32% em relação a 1960, demonstrativos do progresso anual e da valorização dos produtos. Note-se que o leite foi pago aos associados a 2\$60/litro, quando em 1974, treze anos depois, ainda era pago a 3\$00. O gado bovino sofreu novo aumento em 1961, arrolados que foram 4133 cabeças, (...) em 1975, mais de 20.000 cabeças de gado bovino»³², distribuídas por mais de cem fazendas. No ano de 1961, «cada família dispõe de 500 hectares, ou seja, cerca de 5.000 alqueires dos nossos. Todas as propriedades têm água própria, pois por todas passam veios de água»³³.

Os anos de 1959/1970 foi de um grande progresso, ao nível técnico, de infraestruturas, de parque habitacional e demográfico. Após os grandes arroteamentos e ensaios agrícolas, os povoadores foram desenvolvendo e melhorando as suas condições de trabalho e de vida, ao qual se aliava um substancial progresso social, cultural e financeiro. Construiu-se um edifício sede com armazéns para produtos para a Agro-Pecuária. Edificação do cemitério em 1965, com o primeiro sepultamento para um dos três pioneiros, João Alves de Oliveira, que faleceu em 27 de julho de 1965³⁴. Inauguração no ano de 1966 do Internato Escolar, gerido por técnicos, destinado a receber cerca de 100 crianças dos 7 aos 12 anos, cujos pais viviam em fazendas distantes, sendo que os que possuíam poucos rendimentos, pagavam uma modéstia quantia e a restante despesa era suportada pelo Município. Com o aproveitamento do antigo açude e com a instalação de uma turbina hidroelétrica, ficou assegurado a distribuição de água e electricidade ao domicílio e à povoação, instalação de um Posto Veterinário, a legalização e demarcação das fazendas.

Aquando de uma visita de técnicos de lacticínios dinamarqueses, classificaram o leite do Catófe como de primeira qualidade. Este leite igualava o produzido no Norte da Europa. Um outro grande exemplo.

³² Ibidem.

³³ Diário Insular, 28-06-1961.

³⁴ O cemitério do Catófe teve os seguintes sepultamentos: João Alves de Oliveira, Manuel M. Santos, Isabel Hermínia Pereira, Nicolau S. Almada, José Machado Sousa, José A. Faria, Alberto Goularte, José Emílio de Matos, Horácio Santos, José do Rosário, António Vitorino (filho). No cemitério da Quibala foram sepultados: João Dias Bettencourt, Noémia Silveira Matos e Georgina F. Silveira.

Todos estes melhoramentos permitiram que muitos dos fazendeiros construíssem uma segunda habitação na Vila: abertura de uma pensão-restaurante, dois cafés, três casas comerciais, oficina de reparação de veículos, entre outros serviços.

A viagem de retorno

Com o derrube do Estado Novo, o desejo incessante das colónias tornarem-se independentes fez com que a partir de agosto e setembro do ano de 1975, as famílias açorianas que viviam em São Jorge do Catófe tivessem de abandonar forçosamente a localidade, deixando para trás os seus pertences e memórias e recomeçarem a vida a partir do zero nos Açores, Estados Unidos da América, Brasil e Canadá. Segundo Maria Honória Matos, em julho de 1975 fugiram para Nova Lisboa, permanecendo sensivelmente dois meses. Em setembro viajaram para Lisboa. As malas não seguiram na mesma viagem. Somente podiam transportar 20 kg de roupa e na mão o máximo que puderam carregar. Na carteira uns míseros cinco contos. No final de setembro ocorreu a viagem para a ilha Terceira de avião. Na Terceira ficaram alojados no Hospital militar da Terra Chã, em que o exército fez os abastecimentos com três refeições diárias. No início de outubro viajaram para S. Jorge de barco. A primeira noite foi passada nos Terreiros, na casa do primo Serafim de Matos. Concluiu a conversa: «muito rolar, muitas pessoas no meio das armas. Só pedia a Deus para sair viva e ninguém imagina o que se passou. Foi uma tragédia muito grande ... abandonar os mortos no cemitério³⁵!»

Conclusão

A presença de açorianos, nomeadamente jorgenses, na região do Catófe foi lenta mas sempre progressiva, contribuindo para o desenvolvimento daquela região com a implementação livre e espontânea de uma indústria de pecuária de laticínios, o que estimulou o interesse por parte dos açorianos que permaneciam nas suas terras para emigrarem para esta localidade que estava em progresso.

Esta localidade ficou batizada de São Jorge do Catófe, em homenagem às famílias que lá viviam serem maioritariamente oriundas da ilha de São Jorge e ao rio que por ali passava ter o nome de Catófe.

Constata-se que a emigração para esta localidade não teve um incentivo governamental, mas sim por afinidade de famílias, e o progresso social e económico foi rápido, em que o princípio basilar de que o apoio do Estado não é muleta, mas alavanca nas mãos

³⁵ Soares, Hélio, entrevista realizada a Maria Honória Matos a 7-01-2020.

do seu espírito de iniciativa, de administração e de trabalho³⁶. Que souberam desenvolver uma região, mantendo os traços culturais dos Açores e de S. Jorge, em particular, como testemunhou um agrônomo jorgense em visita a S. Jorge do Catófe: «Fora das nossas ilhas, nunca vi paisagem que tanto me lembrasse os Açores!».

No fim, foram expulsos à força da terra que desbravaram e construíram, sabendo recomeçar de novo com o mesmo ardor e coragem, em outras paragens longínquas.

Como dissemos na introdução, este estudo teve a preocupação de registrar alguns testemunhos recolhidos a alguns anos junto de três retornados, bem como de relatar e contribuir para a compreensão deste fenómeno migratório no quadro imperial da época. Tendo em conta a nossa inexperiência à data do registo das conversas, verificámos várias lacunas metodológicas, mas estamos cientes da nossa fidelidade às palavras proferidas pelo Srs. Vicente, Estevam e Maria Honória.

Não possuímos dados suficientes, mas a confiar nos testemunhos orais e escritos partilhados nas redes sociais e meios digitais, o colonato livre do Catófe, foi um sucesso económico, social e cultural. As razões que possibilitaram esse sucesso estão por estudar. Elisa Costa, na sua tese de doutoramento, analisa o colonato governamental da Cela, aviltando alguns pressupostos do seu insucesso económico e social.

O ênfase na recolhas orais clarificaria aspetos como as redes presentes no processo de emigração, as motivações para migrar e a escolha do local de chegada, o papel da ideologia política do Estado Novo na figura do colono, as representações africanas dos colonos, e concederia maior detalhe às situações de caracterização o quotidiano dos colonos e as suas dificuldades, as hierarquias e tensões entre colonizadores e a capacidade de inclusão e exclusão dos africanos. O resultado seria um reforço da história crítica a partir da base social, ressaltando-se o hiato entre a experiência no terreno colonial e os discursos e representações coloniais ao nível político, literário, jornalístico, etc.

³⁶ Parecer do Conselho Fiscal da Cooperativa *A Açoreana*, 28-03-1968.



Figura 1. Cortejo do Espírito Santo após a celebração da missa (Década de 60 do século XX).



Figura 2. A primeira Igreja do Catófe (Início da década de 50 do século XX).

Fonte: Cortesia de Joaquim Varanda.



Figura 3. As primeiras crianças nascidas no Catófe (Década de 50 do século XX).

Fonte: Cortesia de Joaquim Varanda.



Figura 4. Filarmónica do Catófe (Década de 60 do século XX).

Fonte: Cortesia de Joaquim Varanda.



Figura 5. Igreja Nova do Catófe (1971 atr.).

Fonte: Cortesia de Joaquim Varanda.



Figura 6. Vila do Catófe (Início da década de 60 do século XX).

Fonte: Cortesia de Joaquim Varanda.



Figura 7. Primeira habitação construída no Catófe
(Década de 50 do século XX).

Fonte: Cortesia de Joaquim Varanda.

Bibliografia e webgrafia

- Azevedo, Rafael Ávila de, *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*. Ponta Delgada, Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores, n.º 23, 1956.
- Costa, Elisa Lopes Ferreira da, *Os colonatos em Angola: génese, evolução e estado actual*. Tese de doutoramento em Engenharia Agronómica. Lisboa, Universidade de Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/604>. Consultado em 10-09-2020.
- Castelo, Cláudia, *O “modo português de estar no mundo”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.
- Idem, *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*. Porto, Edições Afrontamento, 2007.
- Faria, Dutra, “A Décima Ilha dos Açores”. In *Diário Insular*, 25-11-1954.
- Matos, Vicente, “S. Jorge do Katofe ou a Décima Ilha dos Açores”. In *Atlântida*. Angra do Heroísmo, IAC, 2001.
- Idem, *O Gabelense*, n.º 21, 2007, p. 16.
- Idem, *O Gabelense*, (n.º22?), 2007.

Fontes

- Açoriano Oriental, *O Caminho de Angola*, 22-1-1966.
- Conversa com Vicente Matos em janeiro de 2007, na Cidade de Angra do Heroísmo.
- Conversa com Estevam de Jesus Matos em agosto de 2008, na Vila das Velas.
- Conferência proferida por Estevam de Jesus Matos na Escola Profissional das Velas em 1997.

Diário Insular, 28-06-1961.

Parecer do Conselho Fiscal da Cooperativa *A Açoreana*, 28-03-1968.

Pinho, Filipa. Entrevista realizada em Lisboa, 26 de abril de 2010, à investigadora Cláudia Castelo, intitulada “Características da emigração histórica para Angola e Moçambique”. Disponível em: <http://observatorioemigracao.pt/np4/4707.html>. Consultada a 19-06-2020.

Soares, Hélio, entrevista a Maria Honória Matos a 7 de janeiro de 2020, na Vilas das Velas.

Soares, Hélio entrevista a Maria Inês Matos a 9 de junho de 2011, em Ponta Delgada.

Blog de Lúcio Flávio da Silveira Matos. Disponível em: <http://kabiaka.blogspot.com>. (consultado em 23-05-2020).

Blog Lúcio Flávio da Silveira Matos. Disponível em: <http://mesumajikuka.blogspot.com>. (consultado em 23-05-2020).